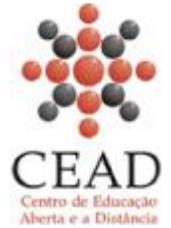




UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA



**METODOLOGIAS DE ENSINO DE GEOGRAFIA PARA A INCLUSÃO DE
ALUNOS SURDOS NO AMBIENTE ESCOLAR.**

LUANA AMARAL SOARES FIGUEIREDO

Ouro Preto – MG

2021

LUANA AMARAL SOARES FIGUEIREDO

**METODOLOGIAS DE ENSINO DE GEOGRAFIA PARA A INCLUSÃO DE
ALUNOS SURDOS NO AMBIENTE ESCOLAR.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito básico para a Conclusão do Curso de Licenciatura em Geografia.

Jacks Richard de Paulo

Orientador (a)

Thiago Macedo Alves de Brito

Avaliador (a)

Ouro Preto- MG

2021



FOLHA DE APROVAÇÃO

Luana Amaral Soares Figueiredo

Metodologias de ensino de Geografia para a inclusão de alunos surdos no ambiente escolar

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Ouro Preto
como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Geografia

Aprovada em 15 de dezembro de 2021

Membros da banca

Dr. Jacks Richard de Paulo - Orientador(a) Universidade Federal de Ouro Preto
Dr. Thiago Macedo Alves de Brito - Universidade Federal de Ouro Preto

Dr^a. Marta Bertin, Coordenadora do Curso de Geografia, certifica a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 09/06/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Marta Bertin, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/06/2022, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0342368** e o código CRC **18988F32**.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
1.2 METODOLOGIA.....	2
2 BREVE PANORAMA HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	3
3 TECENDO ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS ENSINAMENTOS DE GEOGRAFIA E A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS.....	6
4 A IMPORTÂNCIA DAS ADAPTAÇÕES DOS RECURSOS DIDÁTICOS NAS AULAS DE GEOGRAFIA PARA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS.....	7
5 DESAFIOS DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA PARA PROMOVEREM A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS.....	11
6 CONCLUSÃO.....	14
7 REFERÊNCIAS	14

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente pela oportunidade de vivenciar este momento. Dando-me coragem, mesmo diante das infindáveis vezes que pensei em desistir por não me achar capaz. Obrigada Deus, porque mesmo em meio às dificuldades, anseios e medos a Tua Palavra me sustentou até aqui. Obrigada, pelas pessoas maravilhosas que o Senhor colocou no meu caminho, pelos professores que trouxeram além de conteúdos curriculares, ensino para toda a vida sobre questões importantes para minha formação profissional e pessoal. Em especial à professora Dayse Miranda Garcia, por sua sensibilidade ao tratar a surdez e a importância da Língua de Libras para esta comunidade, despertando em mim, o interesse por um mundo antes desconhecido. Meus sinceros agradecimentos à professora tutora Lilian Aparecida de Souza e ao meu Orientador pela prestatividade e empenho em me dar assistência, pelas correções que contribuíram para estruturação e conclusão deste artigo. Obrigada pelas palavras de incentivo, que me deram esperança quando eu achava que não iria conseguir. Agradeço à minha família por sua compreensão nos momentos de minha ausência, e a disponibilidade de todos em me ajudar. Grata também pelos colegas de curso que de alguma forma contribuíram para o meu aprendizado. Deus os abençoe!

METODOLOGIAS DE ENSINO DE GEOGRAFIA PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO AMBIENTE ESCOLAR

Luana Amaral Soares Figueiredo

RESUMO

Neste artigo de revisão bibliográfica, cujo tema de pesquisa se fundamenta nas metodologias de ensino de geografia para a inclusão de alunos surdos no ambiente escolar, teve-se o intuito de refletir sobre o ensino de Geografia na Educação Básica voltado para uma perspectiva inclusiva de estudantes surdos. Assim, apresenta-se um breve resumo sobre a importância da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para o processo de aprendizagem deste discente surdo, a qual se trata de uma linguagem visual/espacial. Nesse sentido, aborda-se sobre a necessidade de promover adaptações de recursos didáticos nas aulas de Geografia voltados para a inclusão de alunos surdos e também sobre aulas que valorizem a utilização de aspectos visuais, tais como: figuras, fotos, imagens contendo paisagens, estudo de campo, recursos tecnológicos, mapas, dentre outros que possam contribuir para a exposição visual para o educando. Para tal, realizou-se uma pesquisa junto à literatura acadêmica que trata sobre a temática em questão e a partir da qual teceu-se as reflexões em consonância com os objetivos propostos nesta pesquisa. Os dados encontrados evidenciaram que o processo de ensino e de aprendizagem expõem alguns desafios, dentre eles a despreparação dos profissionais da educação em termos de perspectiva inclusiva para ensinar o estudante surdo. Por fim, mesmo que o discente surdo tenha o direito de ser “incluso” em turmas de ensino regular por força de documentos legais, ainda há que se pensar em ações de formação continuada que possam redimensionar as ações e práticas dos docentes para que a inclusão possa ser melhor consubstanciada.

Palavras-chave: Inclusão, Surdez, Metodologias, Ensino de Geografia.

1. INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa de cunho eminentemente qualitativo, realizou-se uma revisão bibliográfica de artigos junto a bases científicas SciELO (*Scientific Electronic Library Online*, Google Acadêmico, entre outros locais que disponibilizam pesquisas acadêmicas e que versam sobre a temática em questão, sob o intuito de refletir sobre o ensino de Geografia na Educação Básica voltado para uma perspectiva inclusiva de alunos surdos.

Além deste, buscou-se apresentar proposições de metodologias de ensino que possam contribuir para inclusão no ambiente escolar. Por fim, compreender quais tem sido os desafios dos professores para promover a inclusão do estudante surdo.

Para a revisão, teve-se como base os anos de 2002 a 2021. O marco temporal inicial é a aprovação da Lei nº 10.436 de 24 abril de 2002(BRASIL, 2002), que trouxe importantes parâmetros para o desenvolvimento do processo de aprendizagem do sujeito surdo. Esta Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 5.625 de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005) que trata a respeito da formação de profissionais para atuar na educação de pessoas surdas.

Em meio as modificações no cenário mundial, muito tem se falado sobre respeito, diversidade e inclusão. E esta é também uma realidade presente no espaço escolar brasileiro, o que torna urgente a organização e adaptações de metodologias aplicadas ao ensino de Geografia que se adequem às necessidades dos estudantes surdos. De modo a respeitar suas especificidades e colaborar para o seu desenvolvimento cognitivo, e conseqüentemente, a construção de conhecimento em termos de aspectos geográficos. Sendo assim, é imprescindível que os conteúdos da Geografia Escolar sejam pensados de forma a possibilitar a estes alunos noções de observação, análise e reflexão das dinâmicas espaciais através de aulas que valorizem o visual, com o uso de figuras, imagens contendo as paisagens, estudo de campo, fotos, recursos tecnológicos, mapas e tudo que contribua para exposição visual ao estudante (FERNANDES, 2016).

O ensino realizado a partir do uso de fotos e demais recursos de imagem quando bem inseridas no planejamento do professor, podem contribuir para que o discente construa conceitos geográficos, uma vez que os capacita a identificar os aspectos ambientais, sociais, culturais, econômicos e históricos presentes na composição da imagem visualizada (FERNANDES, 2016).

Diante das considerações anteriores, tem-se a seguinte questão norteadora da pesquisa: Como tem se dado o ensino de Geografia na Educação Básica voltada para uma

perspectiva inclusiva de alunos surdos? Uma vez que o aprendizado deve ser consolidado a partir de metodologias e recursos que atendam às necessidades dos mesmos.

Sobre a importância e utilização desses recursos, Félix (2009, p.121) aponta que:

O processo de interação na sala de aula tem que ser entendido em toda sua complexidade, envolvendo dificuldades e sucessos na compreensão, negociações das diferentes perspectivas dos participantes e o controle da interação por parte dos mesmos até que o conhecimento seja compartilhado.

Logo, percebe-se que a hipótese levantada frente ao problema foi a de que para abordar os conteúdos estudados na disciplina de Geografia eles precisam estar atrelados com a realidade dos alunos surdos. Nesta perspectiva, o ensino precisará ocorrer em função da capacidade ou das dificuldades desses estudantes em aprender, devendo ser dinâmica e flexível, visando proporcionar situações em que ocorram as aprendizagens a partir das experiências de vida dos mesmos.

A partir das proposições anteriores, torna-se necessário tanto ao professor da disciplina de Geografia quanto a qualquer outro profissional da educação a busca por conhecimentos e aprimoramento de suas práticas pedagógicas (DARSIE et al. 2016). Portanto, pode se inferir que um ensino de qualidade, sobretudo, inclusivo, perpassa pela busca de novos caminhos ou possibilidades que possam atender as demandas dos alunos surdos.

1.2 METODOLOGIA

Para realização do presente artigo serão utilizados procedimentos metodológicos que classificam este estudo como pesquisa aplicada com abordagem qualitativa (não conclusiva). Quanto aos objetivos é exploratória, por procedimentos técnicos de dados secundários em que serão utilizadas revisões de pesquisas bibliográficas.

De acordo com Souza (2021), a pesquisa bibliográfica refere-se à fundamentação teórica que irá tratar o tema e a problemática por meio da estruturação conceitual que dará sustentação ao desenvolvimento da pesquisa. A análise é realizada através de literaturas publicadas em livros, artigos, teses, dissertações, trabalhos apresentados em conferências, relatórios, etc.

Segundo Amaral (2007, p.1) a pesquisa bibliográfica:

[...] é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consistem no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa.

Os levantamentos para a elaboração do artigo de revisão foram realizados nas bases científicas da SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), Google Acadêmico, entre outros locais que disponibilizam pesquisas acadêmicas. A busca por informações pertinentes ao tema se deu através do uso de palavras-chave como: Inclusão, surdez, Metodologias de Ensino de Geografia.

A revisão teve como recorte temporal os anos de 2002 a 2021, este período foi escolhido no sentido de realizar uma análise sobre as contribuições das conquistas geradas pela Lei nº 10.436 de 24 abril de 2002 (BRASIL, 2002), dezenove anos após sua promulgação. Além disso, busca-se refletir sobre a influência destas legislações e como elas têm colaborado para os avanços ocorridos no ambiente educacional em relação às práticas pedagógicas e metodológicas utilizadas pelos profissionais de educação nos dias de hoje. Em particular, no ensino de Geografia.

Para o levantamento dos dados e informações, realizou-se o fichamento dos materiais dos materiais relevantes ao tema, a partir da análise e considerações de autores como Darsie, et.al (2016), Fernandes (2020), Ligesk (2021), Pena e Guimarães (2021), Pereira e Arruda (2016), Rocha (2015), dentre outros pesquisadores que abordam a temática de ensino de Geografia para surdos.

2. BREVE PANORAMA HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

As terminologias surdo-mudo e deficiente auditivo têm sido usadas de forma preconceituosa pela sociedade. De acordo com Cardoso (2016, p.4), “observamos que os termos surdos-mudos ou mudo, são termos elaborados em cima de ideias totalmente preconceituosas, negativas, com propósito de menosprezar indivíduo surdo”. Portanto quem faz uso destas expressões não considera os traços históricos, culturais e a existência da Língua de Sinais como língua materna destes indivíduos.

Segundo Cardoso (2016, p.5):

A expressão deficiente auditivo não traz tanto essa concepção de hostilidade e sim de doença. Já que tem sua origem dentro da medicina. E por ser um termo médico, traz desconfortos a membros de algumas comunidades, pois passa a imagem de que a surdez é uma patologia.

Neste sentido, o autor conclui que a expressão apropriada para se direcionar a pessoa com surdez é surdo.

Dessarte, Sacks, (1998 apud OLIVEIRA, 2021, p.16) afirma:

Somos notavelmente ignorantes a respeito da surdez, muito mais ignorantes do que um homem instruído teria sido em 1886 ou 1786. Ignorantes e indiferentes (...). Eu nada sabia a respeito da situação dos surdos, nem imaginava que ela pudesse lançar luz sobre tantos domínios, sobretudo o domínio da língua. Fiquei pasmo com o que aprendi sobre a história das pessoas surdas e os extraordinários desafios (linguísticos) que elas enfrentam, e pasmo também ao tomar conhecimento de uma língua completamente visual, a língua de sinais, diferente em modo de minha própria língua, a falada.

Na evolução histórica da Educação Inclusiva é possível perceber os diferentes períodos que abarcaram este processo. Na antiguidade, as pessoas com deficiência eram consideradas pecadoras pela sociedade, que entendia sua condição como consequência do castigo dos deuses, de tal modo que muitos eram mortos ou submetidos a processos de expurgação, que tinham o objetivo de purificá-los.

Assim, estas pessoas eram rejeitadas, sacrificadas e excluídas do convívio social, uma vez que o ser humano é caracterizado na Bíblia Sagrada conforme imagem e semelhança de Deus, e, neste entendimento, aqueles que apresentassem alguma deformidade eram associados a demônios e por isso sofriam punições. Entretanto, ao longo dos anos esta perspectiva começou a mudar, pois as pessoas com deficiências passaram a ser vistas como um instrumento usado por Deus para ensinar o ser humano a amar o próximo, independentemente de suas limitações (LIGESK, 2014).

Os primeiros educadores de pessoas com surdez surgiram a partir do século XVI, porém o ensino era baseado na Oralidade. Em 1750, na Alemanha foi criada a primeira escola de Oralismo. A ótica de pensamento defendida por esta corrente, discutia que para o desenvolvimento auditivo do indivíduo surdo ocorrer de modo que ele possa ser inserido na comunidade ouvinte. Deveria haver o desenvolvimento da sua capacidade auditiva.

Possibilitando dessa forma que ele compreenda os outros e posteriormente seja capaz de utilizar a língua oralmente (LIGESK, 2014).

Em seguida, originaram-se outras abordagens que contribuíram para construção educacional dos surdos, como por exemplo: Comunicação Total, nesta perspectiva era considerada a aplicabilidade da língua de sinais tão somente para a instrução da fala oral, o ensino ocorria por meio da utilização de alfabeto manual e até mesmo por via da linguagem oral que era reconhecida como estruturas facilitadoras da comunicação. E o Bilinguismo, como o próprio nome indica, se baseia na ideia de que o surdo deve aprender duas linguagens. No caso a Língua de Sinais como primeira Língua, e posteriormente a língua do seu país, conforme afirma (MIRANDA, 2010).

O Brasil iniciou o trabalho com pessoas surdas em 1855, e em 26 de setembro de 1857 no Rio de Janeiro, cidade que concentrava a população por ser a capital do império, fundada a primeira escola de surdos a pedido de Dom Pedro II. A princípio ficou reconhecida como Instituto de Surdos-Mudos, devido à falta de conhecimento da surdez, que era sempre associada à mudez. Posteriormente, a instituição teve seu nome modificado para Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) baseando-se na missão de possibilitar uma educação de qualidade para as pessoas surdas (LIGESK, 2014).

Com efeito, o processo de ensino e de aprendizagem da pessoa com surdez deu-se por extensos períodos de retrocessos, tendo em vista que as normas e legislações não consideravam as especificidades de cada indivíduo. Caracterizando, desta forma, um ensino engessado de como deveria ser trabalhado o desenvolvimento cognitivo e a comunicação das pessoas com surdez (FONSECA e TORRES, 2014).

De acordo com Damázio (2005, p.111 apud LIGESK, 2014, p.13):

Percebe-se que não há um entendimento sobre o conceito de inclusão escolar, onde os alunos surdos que frequentam o ensino regular são, na maioria das vezes, participantes de uma integração escolar “entendida como uma forma de inserção parcial, condicionada à capacidade de os alunos com surdez acompanharem os demais colegas ouvintes e atenderem às exigências da escola”.

Conforme Rocha (2015), a partir da Constituição Federal de 1998 e com a criação de políticas públicas nos anos 2000, os direitos das pessoas surdas foram progredindo gradualmente, e a surdez se tornou um fenômeno social ao invés de uma anormalidade. As iniciativas internacionais influenciaram fortemente a política nacional brasileira. Com

efeito, a Declaração Mundial de Educação para Todos, de 1990, que tem como princípio a preconização da universalização do acesso à educação, atendimento das necessidades básicas de aprendizagem e um ambiente adequado. E a Declaração de Salamanca, de 1994, que propõe que todas as crianças, independentemente das condições físicas, intelectuais ou motoras, devem aprender juntas, sem exceção. Ambas as Declarações afirmam, inquestionavelmente, que em contato com a diversidade o aluno tem mais chances de se desenvolver com maior equidade.

Nos anos posteriores, o país formalizou a promulgação de vários documentos importantes como: Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001), Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2003). Além de decretos como o de nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005) e a Lei de nº 10.436 de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), que fundamentaram a garantia do direito ao atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, permitindo que eles fossem matriculados na rede pública de ensino regular. Ao longo dos anos novos parâmetros foram traçados pela sociedade no que tange à inclusão das deficiências, e a escola e as legislações a ela referentes também buscaram se adequar a esta realidade.

A saber, a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146 de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), que após ser promulgada passou a garantir o acesso a toda e qualquer pessoa com deficiência à educação em condições de igualdade. Esta Lei prediz ainda sobre a disponibilização de tradutor e Intérprete de Libras (TILS), bem como a oferta de materiais didáticos adequados, vetando qualquer tentativa de recusa de matrícula de alunos com deficiência. Em consequência disto, as instituições de ensino têm buscado se adaptar às transformações e acolher as necessidades de pessoas com deficiência de forma igualitária.

De certo, a educação como um direito fundamental é garantida pela Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), visto que, a Carta Magna prevê em seu texto a obrigatoriedade por parte do sistema público e privado de educação, em custear com todos os gastos referentes ao ensino de alunos com deficiência. Além de promover o rompimento de impedimentos atitudinais baseadas no preconceito.

Mesmo diante de todos esses avanços em termos de legislação, na prática as coisas são bem diferentes, dado que algumas instituições de ensino que se intitulam inclusivas, na verdade não são. Pois, a maioria não possui um programa educacional pedagógico com viés inclusivo, o que acaba fazendo com que os responsáveis por estes alunos optem por

transferi-lo para escolas especializadas, privando-os da socialização nas escolas regulares indispensáveis à integração (MACERA e XIMENES, 2010).

3. TECENDO ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS ENSINAMENTOS DE GEOGRAFIA E A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS

A Libras foi reconhecida no Brasil pela Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que em seu artigo 1º reconhece “como meio legal de comunicação e expressão a Libras e outros recursos de expressão a ela associados” (BRASIL, 2002). Esta Lei foi regulamentada posteriormente pelo Decreto Federal nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), em seu artigo 3º traz em seu texto a inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória na formação de professores, como apontado a seguir:

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 2005).

Esse decreto foi um grande marco para a garantia dos direitos das pessoas com surdez, uma vez que regulamentou a obrigatoriedade do ensino de Libras na comunidade escolar e em cursos de licenciatura em todo o país. Além de estabelecer diretrizes de como deve ser a preparação dos profissionais para a atuação com alunos surdos. Devido à grande relevância da Libras como instrumento de comunicação para ensino.

Segundo Darsie et al. (2016, p.45), o ensino de Libras “possibilita que os alunos surdos alcancem maiores níveis de conhecimento e potencial crítico e reflexivo”. Por isso, é necessário compreender a importância da língua de sinais no processo de desenvolvimento linguístico das crianças surdas.

Corroborando com esta ideia, Santos (2008, p.2) afirma que “quanto mais cedo a criança estiver em contato com a sua língua natural, de acordo com o desenvolvimento de suas capacidades, mais cedo ela se reconhece como indivíduo inserido na comunidade em que vive”. Para a autora, o processo de obtenção de uma linguagem própria se dá a partir do nascimento e se desenvolve ao longo de sua vida por meio da habilidade biológica de desenvolver a capacidade de linguagem aliada aos estímulos que recebe. Sendo assim, é de extrema importância que estes estímulos ocorram de forma adequada às necessidades da

criança, na qual sejam considerados as particularidades da sua cultura e identidade em um modelo de projeto educacional inclusivo.

4. A IMPORTÂNCIA DAS ADAPTAÇÕES DOS RECURSOS DIDÁTICOS NAS AULAS DE GEOGRAFIA PARA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS

De acordo com Buzar (2009, p.36) “as crianças surdas conseguem se desenvolver ativamente da mesma forma que as crianças ditas normais; porém, precisarão utilizar vias ou caminhos diferenciados destas”. Entretanto, observa-se que na maioria das vezes a inclusão escolar de fato não ocorre. Logo, “[...] as expressões Educação para Todos, Inclusão, Diversidade, Pluralidade Cultural, respeito às Diferenças são conceitos bastante utilizados, numa realidade que, contraditoriamente, parece produzir cada vez mais exclusão” conforme afirmam Macera e Ximenes, (2010, p.6).

No processo de ensino e de aprendizagem pouco tem-se levado em consideração as condições individuais dos educandos, não somente dos alunos surdos, visto que, o sistema educacional não foi planejado para atender as dificuldades e potencialidades dos sujeitos que nele estão inseridos, o que acaba por gerar uma exclusão disfarçada de inclusão (FONSECA e TORRES, 2014).

Considerando-se que as pessoas com surdez se comunicam por meio da linguagem visual, a Libras tem a mesma função para os surdos que a Língua Portuguesa para pessoas ouvintes. E por este motivo, o uso de uma ferramenta de comunicação, no caso a Língua Brasileira de Sinais, como instrumento que se bem utilizado torna-se fundamental para a construção do conhecimento dos estudantes surdos, juntamente com a escolha e exploração dos temas geográficos que possibilitem o ensino dos alunos surdos de modo construtivo e enriquecedor.

Em seu trabalho, Pereira e Arruda (2016) ressaltam as dificuldades de se utilizar um material bilíngue no processo de comunicação de educandos surdos. Porquanto, de acordo com Pereira e Arruda (2016) a “[...] produção de materiais didáticos em língua de sinais deve ser uma preocupação urgente aos projetos pedagógicos que atuam na educação de surdos[...] como forma de garantir a este estudante um acesso mais pleno ao currículo escolar [...]” (PEREIRA E ARRUDA 2016, p.107). Assim, os autores destacam que a linguagem visual deve ser a base para a construção de recursos pedagógicos utilizados nos processos de ensino e de aprendizagem pelo fato de que é através da visualidade que estas pessoas terão a experiência de mundo. Segundo os autores, é preciso analisar a

singularidade visuo-espacial da pessoa surda e sua consequência na educação do estudante, na qual sejam considerados os meios adequados para os objetivos educacionais.

Isto posto, Fonseca e Torres (2014) apontam que muito além de se destacar os recursos didáticos como imprescindíveis na construção de conhecimento dos alunos surdos, o processo de ensino e de aprendizagem deve vir acompanhado da vivência e experimentação de professores e alunos, com base na “reciprocidade de conhecimentos que requer ética, cumplicidade, bom senso e muita pesquisa” conforme asseguram os autores (FONSECA; TORRES, 2014, p.23).

Neste entendimento, a educação para estudantes surdos deve ser realizada a partir da introdução de uma série de recursos didáticos não convencionais, de modo a possibilitar ao aluno a capacidade de reconhecer o seu espaço no ambiente escolar. Logo, a utilização de imagens é muito útil nas aulas, sendo um instrumento pedagógico importante na tentativa dar significado aos conteúdos geográficos e permitir a análise de algumas questões, considerando ao mesmo tempo as diferenças individuais e formas de aprendizagem.

Conforme afirmam Pereira e Arruda (2016, p.107), “as imagens são fundamentais na educação de surdos, mas por si só não garantem a construção dos significados dos conteúdos no processo de aprendizagem”. Por este motivo, é necessário associar a Língua de Sinais com a visualidade das imagens, na busca por facilitar a compreensão dos conteúdos para melhor aplicação de recursos pedagógicos utilizados nos processos de ensino e de aprendizagem.

Corroborando com esta ideia, Rose (2012 apud FERNANDES, 2020, p.45) aponta que:

Os métodos de pesquisa visual são aqueles que usam vários tipos de imagens como forma de responder às questões de pesquisa, podendo ser realizados por meio da produção de imagens, fotografia, desenho, cartografia, cinema entre outros, os quais têm por finalidade contribuir com os participantes da pesquisa na elaboração de respostas.

Segundo o autor, a visualização das fotos proporciona ao aluno a construção de conceitos geográficos, uma vez que os capacita a identificar os aspectos ambientais, sociais, culturais, econômicos e históricos presentes na composição da foto visualizada, permitindo que ele identifique as modificações visuais ocorridas no cotidiano social.

Para Fernandes (2016) o aluno surdo é o ator principal no processo de ensino, e considerando a sua vivência carregada de preconceitos e restrições, torna-se necessária a adoção de práticas pedagógicas que permitam a comunicação através da Libras, aliadas ao uso de recursos visuais concretos que possibilitem que estes alunos sejam capazes de compreender a produção e as organizações espaciais da sociedade na qual está inserido.

Neste sentido, Fernandes (2016) define o conceito de Paisagem como possibilidade para trabalhar com alunos surdos e ouvintes nas aulas de Geografia. A proposta do autor parte da visão freiriana baseada nos princípios de uma *pedagogia Dialógica-problematizadora*. Esta pedagogia trabalha sob a perspectiva da criação de uma estrutura sistemática envolvendo o educador, o discente, o tema de estudo e o contexto, levando o aluno a sair da passividade e da alienação, possibilitando a busca de respostas e a tomada de decisões.

Para corroborar com estes argumentos Fernandes (2016, p.112-113) diz que:

[...]o estudo da Paisagem através da geografia dentro de uma visão Freireana, embasados pela pesquisa-ação, pode oferecer uma compreensão real de conceitos considerados abstratos para os alunos surdos, dentre eles: o conceito de espaço geográfico, de Paisagens preservadas e transformadas, desenvolvimento sustentável, produção, consumo e degradação ambiental entre outros. Facilita-se, assim, o processo de apropriação e elaboração conceitual de temáticas relacionadas a Paisagem, que muitas vezes parecem não ser compreendidas com clareza pelos alunos surdos.

Dessa forma, o estudo da Paisagem, se bem trabalhado, pode contribuir no desenvolvimento do pensamento espacial no estudante surdo, bem como a consciência do seu papel na resolução dos problemas sociais. Todavia, para que isto ocorra, a comunicação no processo de aquisição dos conhecimentos geográficos deve se dar por meio do uso de uma linguagem apropriada que permita ao aluno surdos realizar a leitura e a escrita de forma crítica, e ao mesmo tempo, utilizar em sua vida os conteúdos desta disciplina de forma satisfatória. Entretanto, a aplicabilidade do estudo da Paisagem como figura de leitura visual, figuras de comunicação e o uso de metodologias de ensino para alunos surdos, na maioria das vezes, não são preparadas para atender as necessidades destes estudantes, conforme afirma (FERNANDES, 2016).

Neste sentido, é importante destacar metodologias que possam colaborar para a construção do conhecimento do aluno surdo, utilizando diferentes linguagens. Como sugere Rocha (2015), a partir do uso de livros didáticos, paradidáticos, mapas, gráficos,

imagens de satélite, teatro, fotografia, filme, videoclipe, jogos e aplicativos de WhatsApp. Pois, para o autor, atualmente o WhatsApp é um grande cooperador no processo educacional por permitir o acesso a conteúdo de diversas áreas de modo eminente, contribuindo assim, para o processo de ensino e aprendizagem dos temas escolares.

Segundo Rocha (2015, 2015, p.78):

O WhatsApp possibilita ao surdo escrever em português, fazendo o uso social da linguagem escrita coligada a uma precisão discursiva. Neste caso, é possível afirmar que o surdo, quando vivencia essa experiência, pode aprofundar-se numa situação concreta de enunciação e utilizar a linguagem escrita em língua portuguesa para interagir com os ouvintes.

Por isso, de acordo com o autor, o uso do aplicativo pela pessoa surda possibilita que ela se comunique através da gravação de vídeos em Libras e até mesmo do português, para aqueles que foram alfabetizados na Língua Portuguesa. Uma vez que o aplicativo permite a pluralidades de escrita. Permitindo a comunicação entre grupos de mesmo interesse, de qualquer parte do planeta, “[...] ampliando o seu processo de comunicação e o seu poder discursivo” (ROCHA, 2016, p.86).

Nesta premissa, Pena e Sampaio (2019) enfatizam que o uso das tecnologias tem se mostrado eficaz no processo de ensino e de aprendizagem não somente do aluno surdo, como também dos ouvintes. A internet, por ser um recurso dinâmico, pode ser utilizada para se ter acesso a um número infinito de documentos, sendo, portanto, um ótimo meio para se ensinar Geografia.

Em sua pesquisa científica, Pena e Guimarães (2021) destacam algumas das práticas utilizadas por elas em sala de aula que podem contribuir para que a inclusão do aluno surdo seja uma realidade. Para as autoras, apesar da Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) assegurar a matrícula desses estudantes, nem sempre isto é garantia de profissionais capacitados e aptos a oferecer um ensino de qualidade através de metodologias diferenciadas, que se adequem às necessidades dos alunos. Muitas pessoas surdas que têm a Libras como primeira língua, apresentam grandes dificuldades em compreender a Língua Portuguesa por não serem oralizadas, e isto torna-se um grande desafio, haja vista que grande parte dos professores não possuem domínio da Libras.

Neste sentido, Pena e Guimarães (2021, p.4) levantaram uma questão: “como oportunizar que os alunos surdos sejam incluídos efetivamente na dinâmica da sala de aula, bem como nos processos de ensino aprendizagem? ”, uma vez que nem todos os conteúdos

ensinados no ambiente escolar possuem tradução para Libras. Em conformidade com esta ideia, as autoras enfatizam a importância dos aspectos visuais para as pessoas surdas, em virtude de que é a partir desta experiência visual que elas podem aprender conceitos e conteúdo, explorando toda a potencialidade do aprendizado.

Defronte de tais aspectos, é necessário que haja uma reflexão ao se pensar não somente nos materiais didáticos, mas métodos de avaliação, planejamento das aulas e a sistematização dos conteúdos com uma adequação curricular dinâmica e flexível em que se aborde os conteúdos geográficos, de modo a contribuir na construção do conhecimento.

5. DESAFIOS DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA PARA PROMOVEREM A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS

Diante das dificuldades do ensino para discentes surdos, o professor deve se capacitar para atender a realidade das escolas que oferecem a educação inclusiva, em parceria com profissionais Intérpretes de Libras, para que a comunicação entre educadores ouvintes e alunos surdos seja facilitada, por uma proposta escolar bilíngue (Língua de Sinais e Portuguesa) aplicada na sala de aula e considerando os novos modos de ensinar.

A respeito, Fernandes (2020, p.109) enfatiza que:

Uma das formas de aproximar os conteúdos estudados em Geografia da realidade e das potencialidades dos alunos surdos está pautada na realização da adequação curricular com vistas ao atendimento das necessidades específicas dos estudantes, seja ela em função da sua capacidade ou das suas dificuldades para aprender, devendo ser dinâmica e flexível, visando proporcionar situações em que ocorram as aprendizagens a partir das experiências de vida dos alunos.

Nesta premissa, Pena e Guimarães (2021) discutem sobre a necessidade de comprometimento por parte dos educadores, no sentido de se qualificarem para a prática de metodologias que estimulem o desenvolvimento dos discentes de forma que eles consolidem os conhecimentos aprendidos na sala de aula. De modo, que as autoras destacam ainda, a importância da integração entre professor regente, Intérprete de Libras e professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), no que se refere ao planejamento das atividades que serão desenvolvidas no ambiente escolar. Contribuindo de maneira mais efetiva para o desenvolvimento de cidadãos ativos, em uma sociedade comprometida verdadeiramente com o respeito às diferenças.

Para tal, os professores devem utilizar metodologias de ensino diversificadas, que possam proporcionar aos discentes surdos melhor desenvolvimento cognitivo, interesse e concentração. A fim de possibilitar uma aprendizagem satisfatória e integral, viabilizando o acesso e a permanência de todos nas classes regulares.

Entretanto, percebe-se que a inclusão de pessoas com deficiência tem representado um grande desafio para as escolas brasileiras, justamente porque as metodologias praticadas geralmente não consideram a diversidade.

De acordo com (ROCHA, 2015), é necessário considerar que cada aluno possui características próprias e diferentes ritmos de aprendizagem. Logo, não se justifica a ideia de que ambos tenham que aprender da mesma forma, tendo em vista, que esta corrente de pensamento é uma das maiores responsáveis para que o espaço escolar seja lugar de segregação. Conforme afirmam Pena e Guimarães (2021, p.9), “daí a necessidade de conhecimento, capacitação e atualização profissional de modo que todos saibam como proceder com as adaptações e metodologias necessárias para atender a diversidade da sala de aula”.

Contudo, tem-se observado que o ensino de Geografia para os alunos surdos é insatisfatório. E o grande obstáculo enfrentado por estes profissionais está relacionado à falta de qualificação, uma vez que na maioria das vezes o docente não possui conhecimento em Libras, o que acaba prejudicando o desenvolvimento cognitivo do discente surdo. Assim, o professor desempenha o importante papel de mediador do processo ensino e de aprendizagem, levando em consideração as diferenças individuais através de atividades diversificadas e motivadoras, que façam do ensino de Geografia uma disciplina agradável. Entretanto, o grande obstáculo destes profissionais está na falta de qualificação, uma vez que na maioria das vezes o docente não possui conhecimento em Libras, o que acaba prejudicando o desenvolvimento cognitivo do discente surdo. Aliados a isto, existem outras questões como o fato de que por não conseguir se comunicar com o educando, o professor precisa confiar a transposição do conteúdo ao Intérprete, que geralmente desconhece os conteúdos da disciplina, e, portanto, muitas das vezes não efetiva uma mediação pedagógica de aprendizagem adequada. A mediação pedagógica pode ser caracterizada como uma ponte entre o professor, aluno e conteúdo, e que contribui para o processo de aprendizagem (MIRANDA, 2010).

Neste sentido, para Pereira e Arruda (2016) o professor pode e deve refletir constantemente no que se refere à consciência da dimensão pedagógica de sua ação, isto é,

do seu papel social com referência à busca por uma profissionalização idônea que contribua para o processo de ensino-aprendizagem, podendo este acontecer por meio de recursos didáticos diferenciados.

Portanto, para que isto ocorra, como afirma Darsie et al. (2016), os conteúdos da Geografia Escolar precisam ser selecionados e organizados pelos professores de modo a adequarem-se à Educação Básica e a todas as modalidades que a envolvem, dentre elas, Educação Inclusiva e Educação de Surdos. Tendo como objetivo desenvolver junto aos estudantes, noções de observação e análise através de um olhar crítico em relação à realidade e ao espaço em que vive.

Sendo de extrema relevância a abordagem científica do assunto uma vez que em uma sala de aula especial ou inclusiva devem ser considerados além das particularidades linguísticas, os dados semiológicos que envolvem a forma de se apresentar um assunto a ser estudado pela turma, conforme (FONSECA e TORRES, 2014).

Segundo Miranda (2010, p.127) “[...]podemos considerar que a construção do conhecimento, em sala de aula, é mediada pela linguagem, e o discurso produzido na exposição do professor é tão importante quanto as atividades desenvolvidas individualmente pelo aluno”. Por este motivo, os professores devem utilizar metodologias de ensino diversificadas que possam proporcionar aos discentes surdos maiores desenvolvimentos cognitivos, interesse e concentração. No qual, a “[...] melhor qualidade no ensino deve atingir os dois grupos de alunos, isto é, que alunos surdos e ouvintes entendam o mesmo conteúdo aplicado com os mesmos recursos didáticos e, desta forma, ter-se a verdadeira integração dos alunos” como sugerem Fonseca e Torres, (2014, p.10).

Para isso, poderão ser utilizadas técnicas que despertem no discente a curiosidade através de atividades lúdicas, charges, tiras e quadrinhos, desenhos, filmes e vídeos, maquetes, e saída de campo, entre outros. Tudo isso, a fim de possibilitar a aprendizagem de maneira satisfatória e integral, a partir de uma educação pautada no respeito à diversidade, com vista a contribuir para a reorganização do projeto pedagógico da escola, no sentido de viabilizar o acesso e a permanência de todos nas classes regulares.

6. CONCLUSÃO

Este trabalho se dispôs a efetuar um levantamento bibliográfico sobre as possibilidades de serem utilizadas metodologias visuais no ensino de Geografia para a inclusão de alunos surdos no ambiente escolar. Após a pesquisa realizada, percebeu-se que

ao longo dos anos análises sobre a temática têm aumentado significativamente. Diante das publicações encontradas e em consonância com as considerações de Pena e Guimarães (2021), pode-se afirmar que o maior desafio da questão está no professor não considerar suas práticas pedagógicas e refletir se sua conduta metodológica atende às necessidades dos alunos surdos e não apenas dos ouvintes.

Além disso, pode-se inferir, que as pesquisas realizadas pelos mencionados autores, buscaram destacar os pontos positivos que as práticas metodológicas visuais podem oportunizar no processo de aprendizagem do discente surdo, e a relevância da utilização de ferramentas diferenciadas no processo de ensino e de aprendizagem destes estudantes.

Ao mesmo tempo, não desconsideram a importância do domínio de Libras entre os profissionais de educação e a presença do Intérprete de Libras na sala de aula, embora, este último ainda não seja uma realidade constante nas instituições de ensino. Isso posto, a utilização de ferramentas diferenciadas como os recursos visuais torna-se uma grande aliada no processo de aprendizagem dos estudantes surdos.

Em suma, não se pode deixar de destacar as importantes contribuições teóricas e práticas para a educação dos surdos que esta pesquisa possibilitou, uma vez que apresentou um leque de infinitas possibilidades para os profissionais de educação e não apenas para o ensino de Geografia. Levando em consideração que ambos os materiais levantados para realização da revisão bibliográfica apresentaram linguagem apropriada, são de fácil entendimento para professores de Geografia, bem como para todos que verdadeiramente busquem aprimorar suas práticas para garantir a inserção de alunos surdos no ambiente escolar. Deste modo, espera-se que este artigo possa contribuir para que os educadores e educandos se conscientizem quanto às dificuldades enfrentadas pelas pessoas surdas, e desenvolvam um novo olhar sobre a surdez, criando empatia e respeito à diversidade.

7. REFERÊNCIAS:

AMARAL, João J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. - Ceará: Universidade Federal do Ceará, 2007. 21 p. Disponível em: <<http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2021.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 10 de set. 2021.

_____. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 14 de nov. 2021.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Seção 1, p. 23.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em 12 de jun. 2021.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação. 2003. 52p. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/plano-nacional-de-educacao-em-direitos-humanos>>. Acesso em 14 de nov. 2021.

_____. Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em 12 de jun. 2021.

_____. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm> .Acesso em 02 de nov.2021.

BUZAR, E. A. S. **A singularidade visão-espacial do sujeito surdo:** implicações educacionais. 2009. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/4235>> .Acesso em 21 de set. 2021.

CARDOSO, I. G. Surdo-Mudo ou Mudo, Deficiente Auditivo ou Surdo: Qual dessas terminologias pode-se adotar. **Revista virtual de cultura surda**, v. 7, n. 17, p. 1-6, 17 fev. 2016. Disponível em: <<http://editora-arara-azul.com.br/site/admin/ckfinder/userfiles/files/2%C2%BA%20Artigo%20REVISTA%2017%20Israel%20Gon%C3%A7alves%20Cardoso.pdf>>. Acesso em 09 de nov. 2021.

DARSIE, C.; WEBER, D. L.; SCHROEDER, D. F.; DA SILVA, J. V. L. Ensino de Geografia para surdos: uma questão de língua e linguagem. **Ágora**, v. 18, n. 2, p. 44-52, 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/8304>>. Acesso em: 03 de abr. 2021.

FÉLIX, A. O papel da interação no processo de ensino-aprendizagem de português para alunos surdos em uma escola inclusiva. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas v. 48, n. 1, p. 119-131, jan. /jun. 2009. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/tla/a/tt6dBnVprwZtKPTvcsdVLkM/?lang=pt>>. Acesso em 05 de jun. 2021.

FERNANDES, J. V. Inclusão: ensino de Geografia para alunos surdos, com um olhar sobre a paisagem a partir de uma visão freireana. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 20, n. 3, p. 107-114, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/21068>>. Acesso em: 22 de abr. 2021.

_____. **A fotogeografia como recurso facilitador no processo de ensino-aprendizagem da Geografia para alunos surdos**. 2020, 137 f., Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/40782>>. Acesso em 22 de jun. 2021.

FONSECA, R. L.; TORRES, E. C. Adaptações na Prática do Ensino de Geografia para Alunos Surdos. **Geografia**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 05-25, 2014. Disponível em: <<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/14353>> .Acesso em: 14 de maio. 2021.

LIGESK, M. **Ensino de Geografia para alunos surdos inclusos no ensino regular**. 2014, 39 f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino) Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014. Disponível em: <http://riut.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/21114/3/MD_EDUMTE_VII_2014_90.pdf>. Acesso em 12 de maio. 2021.

OLIVEIRA, A.C.F. **Acessibilidade e inclusão social dos surdos: uma reflexão sobre as normas regulamentadoras**. 2021. 46 f. Monografia (Graduação em Direito) - Escola de Direito e Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUCGOIÁS). Goiânia, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/2120>> .Acesso em 09 de nov.2021.

MACERA, R. A.; XIMENES, M. L. O. Inclusão/exclusão: surdez e linguagem no contexto escolar. **Cadernos PDE volume I**. Governo do Estado do Paraná: Secretaria de Educação, 2010. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_uenp_edespecial_artigo_regina_aparecida_macera.pdf>. Acesso em 18 de maio. 2021.

MIRANDA, D. G. **As mediações linguísticas do intérprete de língua de sinais na sala de aula inclusiva**. 2010, 194 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUDB-8C8NJJ>>. Acesso em 03 de abr. 2021.

PENA, F. S.; SAMPAIO, A. Á. M. Formação e prática pedagógica de professores de geografia para a inclusão de estudantes surdos. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 23, p. 18, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/30892/html>> . Acesso em: 29 de set. 2021.

PEREIRA, F. R.; ARRUDA, G. B. Material didático no ensino de Geografia para surdos. **Revista de Geografia do Colégio Pedro II**, v. 3, n. 5, p. 103-110, 2016. Disponível em: <<https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/GIRAMUNDO/article/view/1358>> . Acesso em 14 de jul. 2021.

PENA, F.S; GUIMARÃES, C.R. Recursos visuais no ensino de Geografia para estudantes surdos. **Revista Ciranda**.v.5, n.3, p.73-84,2021. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/ciranda/article/view/4520>>. Acesso em: 21 set. 2021.

ROCHA, V. P. **As tecnologias de comunicação digital da inclusão do surdo: o caso Whatsapp**. 2015, 99 p. Dissertação (Mestre em Ciências Humanas), Universidade de Santo Amaro, Santo Amaro, 2015. Disponível em: <<http://200.229.206.179/handle/123456789/99>>. Acesso em 28 de maio. 2021.

SANTOS, M. C. Silva. Uma teorização sobre a aquisição da linguagem dos surdos a partir da abordagem interacionista. **Linguagens & Cidadania**, v. 10, n. 2, p.01-10, jul. /dez. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/LeC/article/view/28273>> . Acesso em 03 de jun.2021

SOUSA, A.S; OLIVEIRA, G.S; ALVES, L.H. A pesquisa Bibliográfica: Princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v.20, n.43, p.64-83, 2021.Disponível em: <<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/2336>> . Acesso em 26 de set.2021.